

A Sua Excelência

Sr. Rodrigo Vaz

Presidente da Câmara Municipal de Vassouras – RJ.

Na forma do artigo 39, I da LOM, os vereadores que esta subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais vêm apresentar a presente:

Ementa: Acrescenta artigos, parágrafos e incisos a Lei Orgânica, em atenção ao princípio da simetria e do concurso público e dá outras providências”

Proposta de Emenda a Lei Orgânica nº 01/2015
Autor: Vereadora Fabíola Assed e demais vereadores.

A CÂMARA MUNICIPAL DE Vassouras, ESTADO DO Rio de Janeiro, Decretou e a Mesa Diretora promulga a seguinte Emenda a Lei Orgânica:

Emenda a Lei Orgânica 01/2015.

Art. 1º – Ficam acrescidos os artigos 175- A, 175 – B e 175 – C, com seus parágrafos e incisos que estabelecem normas gerais sobre a Procuradoria Geral do Município para fazer valer o que dispõe o artigo 91 da Lei Orgânica Municipal, artigo 37, inc. II da Constituição Federal de 1988 e artigo 77, inc. II da Constituição do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 175 -A-A Procuradoria Geral do Município é a instituição que, representa o Município, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe ainda, as atividades de consultoria e assessoramento, do Poder Executivo, e, privativamente, a execução da dívida ativa, de natureza tributária, sendo constituída dos seguintes cargos:

I – Procurador Geral;

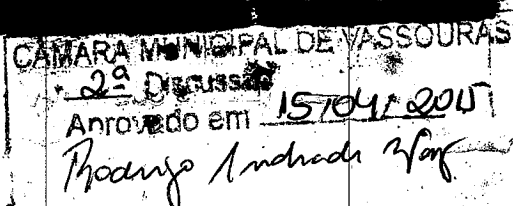
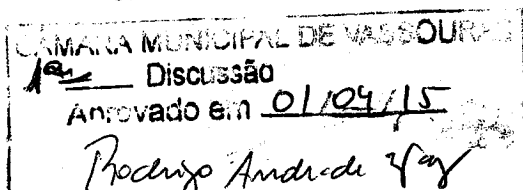
II – Procurador Municipal

§ 1º - O Procurador Geral será nomeado em comissão pelo Prefeito Municipal.

§ 2º - O cargo de Procurador Municipal será provido em caráter efetivo.

§ 3º - A Procuradoria do Município, órgão integrante do Poder Executivo Municipal, vinculado ao Gabinete do Prefeito, com as competências já prescritas na Lei 1971/2002.

§ 4º - A Procuradoria Geral da Câmara Municipal deverá atender aos mesmos comandos constitucionais supramencionados.



Art. 175 – B- O cargo de Procurador do Município será provido em caráter efetivo, após prévia aprovação em concurso público de provas e títulos, obedecendo-se, no ato de nomeação, à ordem classificatória, com participação da OAB na forma do artigo 77, § 8º da Constituição do Estado e 131 e 132 da CF/88.

§ 1º - O Procurador do Município tomará posse perante o Prefeito Municipal e o Procurador-Geral, mediante compromisso formal de estrita observância das leis, respeito às instituições democráticas e cumprimento dos deveres inerentes ao cargo.

§ 2º- As atribuições do procurador Municipal são as que já constam na Lei 1971/2002 e no Decreto 3368/2012, ficando preservada a iniciativa exclusiva do Poder Executivo.

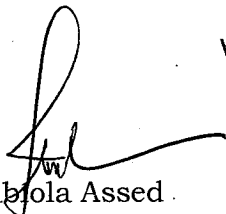
Art. 175 - C- O regime jurídico dos Procuradores é o estatutário já previsto na Lei Complementar Municipal nº 21/02 em seu artigo 222, sendo que a remuneração dos Procuradores será a que estipula o artigo 37, inc. XI da CF/88 no que tange ao limite máximo, devendo ser respeitadas as disposições já prescritas no artigo 48, § 2º do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Vassouras (LC 21/02) e subsidiariamente o artigo 82, § 1º da Constituição Estadual do Estado do Rio de Janeiro na forma do artigo 226 do Estatuto acima referido, ficando preservada a iniciativa exclusiva do Poder Executivo.

§1º - Aos Procuradores do Município aplicam-se as prerrogativas, vedações e incompatibilidades previstas na Lei 8.906, de 04 de julho de 1994 (Estatuto da Advocacia), além daquelas previstas na Lei Complementar nº 21/2002, assim como as prerrogativas prescritas nas súmulas do Conselho Federal da OAB.

§ 2º - Os cargos criados pela Lei 2656/2011 de advogado público municipal para a realização do concurso público de 2012, por desempenharem as mesmas atribuições na forma da Lei 1971/2002 e do decreto 3368/2012 que regulou o edital, são equiparados aos Procuradores Municipais na forma do artigo 131 e 132 da CF/88, artigo 12 do Código Civil, artigos 176 e 177 da Constituição do Estado Rio de Janeiro e pela redação do artigo 226 da Lei Complementar Municipal 21/2002, ficando por conta de ato próprio do Prefeito dentro de sua competência, a alteração da nomenclatura dos referidos cargos.

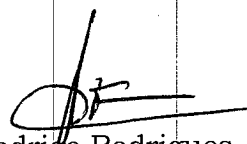
Art. 2 - Esta emenda a Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Vassouras, 01 de abril de 2015.



Fabiola Assed
Vereadora

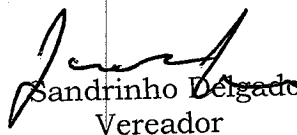

Greice Medeiros
Vereadora

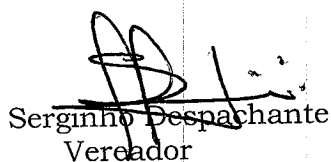

Léo Miranda
Vereador

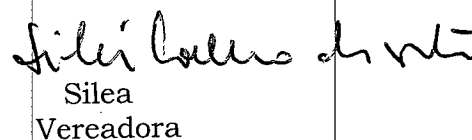

Rodrigo Rodrigues
Vereador

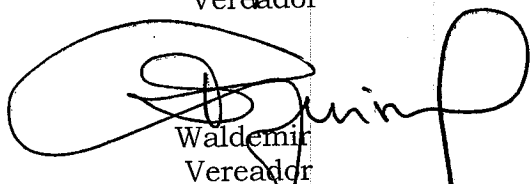
Rodrigo Vaz
Vereador

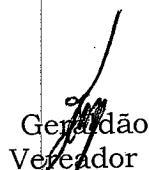

Rosi Farias
Vereadora


Sandrinho Delgado
Vereador

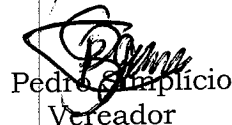

Serginho Despachante
Vereador


Silea
Vereadora


Waldemir
Vereador


Geraldo
Vereador


Jorge Carneiro
Vereador


Pedro Sulpício
Vereador

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda a Lei Orgânica visa corrigir uma situação inconstitucional que acompanha a história do Município de Vassouras.

A carreira da advocacia pública municipal é composta por cargos de natureza perene e que objetivam a defesa do interesse público municipal em juízo ou fora dele, portanto, ao se permitir que seus cargos sejam ocupados por outra forma que não o concurso público, estará se criando uma estrutura que afronta os princípios constitucionais regentes da administração.

A Constituição, ao conceder a autonomia administrativa-política aos municípios, limitou esse poder à obediência das diretrizes constitucionalmente estabelecidas, evidenciando a necessidade de se obedecer ao princípio da simetria na elaboração das Leis Orgânicas Municipais.

A lei orgânica municipal deve, portanto, ser construída à imagem e semelhança da Carta Magna, não devendo, em hipótese alguma, se distanciar das diretrizes nela estabelecidas, sob pena de tornar-se flagrantemente inconstitucional.

O Município não pode, em total contra-senso ao que determina a Constituição Federal, criar sua advocacia pública essencialmente com servidores comissionados, pois estaria se afastando do modelo constitucionalmente desenhado e adotando um modelo assimétrico e inconstitucional. Ainda no tocante ao princípio da simetria, urge trazer à baila julgado da nossa Corte Suprema:

"O poder constituinte outorgado aos Estados-Membros sofre as limitações jurídicas impostas pela Constituição da República. Os Estados-membros organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem (CF, art. 25), submetendo-se, no entanto, quanto ao exercício dessa prerrogativa institucional (essencialmente limitada em sua extensão), aos condicionamentos normativos impostos pela Constituição Federal, pois é nessa que reside o núcleo de emanção (e de restrição) que informa e dá substância ao poder constituinte decorrente que a Lei Fundamental da República confere a essas unidades regionais da Federação." (ADI 507, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 14-2-96, DJ de 8-8-03)

O modelo a ser seguido é o constitucional, que impõe o ingresso na carreira da advocacia pública por meio de concurso público de provas e títulos e que deve ser reprisado nas Leis Orgânicas municipais, em atenção ao princípio da simetria e ao regime principiológico da administração pública.

A Constituição Federal estabeleceu como regra o concurso público, sendo que, além da prescrição específica contida no art. 131 do Texto Constitucional, a predileção pelo concurso público é revestida de proteção também no art. 37 da mesma Carta.

Contudo, é importante esclarecer que o cargo de procurador geral ou advogado geral do município, também em obediência ao princípio da simetria, deverá ser ocupado obrigatoriamente por livre nomeação e exoneração.

É cediço que dentro da seara administrativa a existência de cargos em comissão é necessária, contudo, é imprescindível que a criação destes cargos seja efetuada em compatibilidade com o que prescreve a Constituição Federal.

A Lei 1971/2002 que disserta sobre a Procuradoria Geral do Município só diz respeito aos cargos de Procurador Comissionado o que é vedado pela legislação aplicável à espécie na forma do artigo 132 da CF/88, artigo 12 do CC e artigo 176 e 177 da Constituição do Estado. Trazemos à baila, diversos julgados nesse sentido para que os nobres colegas possam analisar a questão.

Além de se mostrar burla ao Princípio constitucional do Concurso Público positivado na carta magna de 1988 (artigo 37, inc. II), esta omissão prejudica o Município que responde a uma Ação Civil Pública com objeto de exoneração de seus quadros dos Procuradores Comissionados que atuam fora das exceções previstas no artigo 37, inc. V.

Dispõe o artigo 37, V da CRFB, com redação dada pela EC19/98 que as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento. O aludido artigo constitucional não deixa qualquer margem de dúvida de que as atribuições funcionais dos cargos em comissão podem, apenas, ter como encargos de CHEFIA, DIREÇÃO e ASSESSORAMENTO, pouco importando o nome atribuído ao cargo, mas sim a função desempenhada.

Como a regra do nosso ordenamento jurídico é o provimento mediante concurso público, nos termos do artigo 37, II da CRFB, os cargos em comissão são de ocupação transitória e seus titulares são nomeados em função da relação de confiança que existe entre eles e o chefe do Poder Executivo Municipal.

O desempenho das atividades de assessoramento jurídico no âmbito do Poder Executivo estadual traduz prerrogativa de índole constitucional outorgada aos Procuradores do Estado pela Carta Federal. A Constituição da República, em seu art. 132, operou uma inderrogável imputação de específica e exclusiva atividade funcional aos membros integrantes da Advocacia Pública do Estado, cujo processo de investidura no cargo que exercem depende, sempre, de prévia aprovação em concurso público de provas e títulos. (ADI 881-MC, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 2-8-93, DJ de 25-4-97)

CONSTITUCIONAL - CONCURSO MUNICIPAL PARA O CARGO DE PROCURADOR DO MUNICÍPIO - CRIAÇÃO CONCOMITANTE DE CARGO COMISSIONADO PARA A MESMA FUNÇÃO DAQUELA EXERCIDA PELOS CANDIDATOS QUE PRESTARAM O CONCURSO PÚBLICO, EM DETRIMENTO DOS MESMOS - BURLA AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA OBRIGATORIEDADE DO CONCURSO PÚBLICO - PROVIMENTO DO APELO (Apelação Cível nº 2003.001.36220 - Relatora: Desembargadora Helena BelcKlausner - 11ª Câmara Cível - 04/08/2004) Cargo em Comissão. Município de Comendador Levy Gasparian. Cargos criados por leis violadoras dos limites constitucionais relativos aos cargos em comissão. Atribuições não correspondentes à direção, chefia e assessoramento. Correta anulação das nomeações, exceto quanto aos cargos, com previsão de ocupação por um único servidor de procurador jurídico e de coordenador da defesa civil, nos quais se identificam aquelas atribuições. (Apelação Cível nº. 5384/07 - Relator: Desembargador Binato de Castro - 12ª Câmara Cível)

A lei orgânica municipal deve, portanto, ser construída à imagem e semelhança da Carta Magna, não devendo, em hipótese alguma, se distanciar das diretrizes nela estabelecidas, sob pena de tornar-se flagrantemente inconstitucional.

O princípio da simetria é, tão somente, a necessidade de que o processo legislativo estadual deva ser simétrico com a Constituição Federal, dela não podendo divergir. Da mesma forma com relação aos municípios, o processo legislativo destes deve ser simétrico com a Constituição do respectivo Estado e com a Constituição Federal.

O art. 29 da Constituição Federal prevê:

“Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, **atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:**” (grifamos)

O princípio da simetria, portanto, é a necessidade de adequação da legislação municipal aos preceitos da constituição estadual e da constituição federal e da legislação estadual aos preceitos da constituição federal. A inobservância deste princípio gera a inconstitucionalidade da lei, assim já decidiu o Supremo Tribunal Federal.

A Advocacia Pública é composta pela Advocacia Geral da União no âmbito Federal; pela Procuradoria do Estado, no âmbito estadual e distrital; e pela Procuradoria do Município, no âmbito municipal. Sua finalidade é a defesa dos interesses da Administração Pública Direta e Indireta, judicial ou extrajudicialmente, além de prestar assessoria e consultoria a tais entes e ao Chefe do Poder Executivo, no exercício de suas funções públicas.

As Procuradorias Jurídicas Municipais, simetricamente, devem ser regidas de acordo com os parâmetros fixados na Constituição Federal.

Não se pode deixar de olvidar que, no presente processo, o Município de Vassouras não cumpriu o seu desiderato constitucional de APLICAR O PRINCÍPIO DA SIMETRIA E DO CONCURSO PÚBLICO em relação a sua Procuradoria, ainda que promulgadas as Constituições Federal e Estadual há mais de duas décadas, revelando patente inconstitucionalidade pela omissão administrativa. Essa situação acarreta comprometimento da integridade e da eficácia da própria Constituição, pela violação negativa da Carta da República, motivada por injustificada inércia administrativa no que pertine ao adimplemento de prestações impostas ao Poder Público. Se assim não fosse, mesmo se tratando de normas programáticas, os direitos fundamentais individuais e coletivos, de predicado constitucional, como sucede na espécie ora em exame, estariam sem qualquer tipo de proteção, sendo as determinações constitucionais descumpridas perenemente, o que qualificaria a Constituição numa mera norma sem qualquer conteúdo.

É de se destacar que o princípio da simetria constitucional é norma indissociável da federação, revelando-se num parâmetro entre os institutos jurídicos da Constituição Federal a serem adotados nas Constituições dos Estados-Membros e nas Leis Orgânicas dos Municípios. Isto quer dizer que no sistema federativo, ainda que os Estados-Membros e os Municípios possuam o atributo de autonomia político-administrativa, eles se submetem aos limites fixados pela Constituição Federal. Assim, há de se adotar um mesmo "modelo constitucional" a ser trilhado pelos entes da Federação.

Ademais com o advento do Concurso Público de 2012 em que foram ofertadas vagas para o cargo efetivo de Assessor Jurídico que exercem as legítimas e verdadeiras atribuições de Procurador Municipal, esta Casa de Leis, por meio dos vereadores que esta subscreveme dentro de suas atribuições legais e regimentais por meio desta Emenda e atenta aos comandos constitucionais e legais, **Requer** aos nobres edis que possam aprovar esta importante medida de correção, para assim fazer valer os direitos dos advogados concursados e também fortalecer a Procuradoria do Município e do Legislativo Vassourense.

Atenciosamente;